

O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo

Cleber José Bosetti¹

Resumo

Este artigo analisa os olhares da ciência social sobre o camponês. Por um lado, o camponês foi destinado ao desaparecimento pela teoria marxista porque, com o desenvolvimento do capitalismo, esse tipo social se tornaria um proletário. Por outro lado, as abordagens contemporâneas da sociologia visualizam a presença do campesinato na agricultura das sociedades capitalistas desenvolvidas. Dessa forma, a compreensão do lugar do camponês na sociedade acaba sendo um exercício de reflexão teórico/metodológica da sociologia.

Palavras-chave: camponês; capitalismo; sociologia.

Abstract

This article analyses how the peasant has been seen by the Social Science. On the one hand the peasant was destined to disappear by virtue of Marxist theory because, with the development of capitalism, this social type has become proletarians. On the other hand the contemporary approaches of Sociology visualize the presence of peasantry in the agriculture of developed capitalist societies.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. E-mail: cbbosetti@yahoo.com.br

Then the comprehension of the place of the peasant in the society ends up being an exercise of theoretical/methodological reflection of Sociology.

Keywords: *peasant; capitalism; sociology.*

I. Introdução

Um personagem estava no palco atuando em seu campo. De repente, uma série de mudanças começa a acontecer ao seu redor e ele se vê acudado, sua jornada torna-se mais árdua, a incerteza inerente à sua atividade é acrescida de outras tão profundas quanto. Incansável, ele continua sua jornada, mesmo sendo considerado um tipo fadado a desaparecer. No entanto, para os olhos de quem o assistia, o personagem já não estava mais presente! Ainda que continuasse no palco, no mesmo lugar, ele não estava mais sendo visto pela seleta plateia de observadores, ou, quando o viam, estava vestido com outra roupa e incorporando outro personagem. Depois de ver a cena várias vezes, alguém no fundo da plateia observou e apontou: o camponês continua ali! Algumas vezes levantaram-se e concordaram com ele, outras ignoraram seu apontamento e algumas continuaram intransigentes à sua presença.

Essa alegoria poderia muito bem ter ocorrido numa sala de cinema ou numa peça de teatro, onde os críticos, ao fazer suas leituras das cenas, colocam diferentes impressões sobre o conteúdo apresentado. No entanto, cenas parecidas se passam nas ciências sociais, nas quais a relação entre os fatos sociais e suas descrições/transcrições é marcada por aparições e desaparecimentos. Isso pode ser evidenciado com o camponês na sociologia. Esse tipo social foi identificado, condenado ao desaparecimento e dado como desaparecido. Posteriormente, reapareceu timidamente quando quase ninguém mais contava com sua presença.

A intenção desse artigo é contar esta história em três atos: o primeiro, retomando a literatura marxista, apresenta como o camponês foi visto enquanto um tipo social transitório e fadado ao desaparecimento; o segundo revela a forma como a sociologia identificou a transformação do camponês em agricultor familiar e, por fim, o terceiro descreve as concepções contemporâneas que recolocaram o camponês no palco de visibilidade das ciências sociais. A partir dessa análise, que dimensiona diferentes percepções teóricas sobre o campesinato, o objetivo deste artigo

consiste em apontar a necessidade de se pensar o fazer sociológico nos estudos sobre o desenvolvimento rural na atualidade, afinal, a presença e a ausência de um ator social podem se constituir na forma como o olhar sociológico se debruça sobre o mundo social.

II. Não há lugar para o camponês no capitalismo!

A tese do desaparecimento do camponês, em função do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, foi propugnada principalmente pelos teóricos marxistas. Elaborada parcialmente por Marx no século XIX e aprimorada por Kautsky e Lênin logo em seguida, essa tese ganhou relevância nas discussões acadêmicas ao longo do século XX. O processo de modernização da agricultura, experimentada pelos diferentes países em momentos distintos, contribuiu para a difusão dessa tese, afinal, inegavelmente a modernização representou uma diminuição significativa da população rural e, por conseguinte, do campesinato.

O lugar do campesinato na obra de Marx é bastante controverso e problemático. Marx não conseguiu explorar os temas da agricultura e do campesinato de forma sistemática dentro de sua obra, o que levou a várias interpretações, muitas vezes equivocadas, das passagens em que o autor de *O Capital* referiu-se aos camponeses. Uma das passagens analisadas por Marx acerca do campesinato pode ser visualizada na obra *18 Brumário de Luís Bonaparte*, na qual Marx (2003, p. 136) o observou como: “uma massa intensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiformes entre si. Seu modo de produção² isola-os uns dos outros em vez de levá-los a um intercâmbio

² A definição do campesinato como um modo de produção gerou muita discussão dentro do próprio marxismo. Desde Marx e posteriormente nos marxistas dedicados à questão agrária, a ideia de conceber o campesinato como um modo de produção foi recorrente. Shanin (2005, p11-15) destaca três principais acepções dessa relação: como um modo de produção propriamente dito; como um modo de produção específico compondo um modo de produção mais amplo; e como uma entidade que se relaciona com diferentes modos de produção. Em relação aos dois primeiros, Shanin ressalta às limitações heurísticas dos conceitos, sendo, portanto, de difícil operacionalização se considerada a dimensão histórica da trajetória do campesinato. Quanto ao último, que sugere uma relação de interação com qualquer sistema societário, considera-o mais próximo da realidade por não congelar o camponês como um tipo social homogêneo e estático.

bio mútuo”. A contribuição política dos camponeses para a vitória de Luís Bonaparte levou Marx a compará-los a um saco de batatas, levados por interesses de outros grupos, portanto, não constituindo uma classe social. A ascensão política de Luís Bonaparte, representando a vitória da burguesia sobre o proletariado, foi apontada por Marx (2003, p. 140-143) como um autoflagelo dos camponeses. Se Napoleão havia garantido aos camponeses a propriedade da terra na Primeira República, era justamente essa propriedade (pequena propriedade) que os levaria a bancarrota no cenário de desenvolvimento do capitalismo. Assim, Marx sinalizava que o desenvolvimento capitalista eliminaria o campesinato.

Chonchol (1994) considera que o problema da interpretação de Marx está na situação ambígua de classe atribuída ao campesinato que, paradoxalmente à compreensão da sociedade dividida em duas classes sociais, incorporava características de ambas, ou seja, enquanto proprietário dos meios de produção poderia ser designado como burguês e enquanto seu próprio assalariado incorporava a classe proletária. Além disso, utiliza-se de argumentos econômicos, com base na análise das relações de produção capitalista, para projetar a desestruturação do campesinato, como é o caso da tendência de redução dos preços agrícolas devido ao desenvolvimento da competitividade da agricultura capitalista.

Esta dedução também aparece numa das poucas passagens de *IO capital* em que Marx refere-se a esta relação campesinato/capitalismo. Nesta obra, Marx (1991, p. 706) afirma que “o modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e, do mesmo modo na agricultura, subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro”. No entanto, é preciso considerar que as observações de Marx estavam assentadas nos processos que se passavam na agricultura inglesa do século XIX³. Marx não estava aqui estabelecendo uma lei, como muitos insistiram em acreditar, pois ele mesmo reconhece que as análises da propriedade fundiária e de suas formas históricas transcendem os limites de sua obra, que se limitou a pensar as formas capitalistas. Entretanto, os apontamentos de Marx sobre as transformações do capitalismo na agricultura e, por conseguinte, em relação ao campesinato, precisam ser considerados pelas dimensões históricas e contextuais de sua produ-

ção escrita⁴. Além disso, o próprio contexto socioeconômico, marcado pelo intenso desenvolvimento industrial que acelerava as transformações na sociedade, era uma realidade que não poderia deixar de ser observada por Marx naquele momento.

Após essas observações sucintas na obra de Marx, a questão ganhou fôlego no final do século XIX dentro dos debates em torno da Internacional Socialista e dos Partidos Social-Democratas do período. Apesar das transformações sociais e econômicas ocorridas na Europa ao longo desse século, desencadeadas pela Revolução Industrial e pelo processo de urbanização, o número de camponeses continuava sendo muito expressivo e isso obrigava os partidos políticos a colocá-los em suas agendas, afinal, tal contingente não poderia ser ignorado.

Uma das obras clássicas produzidas nesse cenário, acerca da relação camponês/capitalismo, foi *A Questão Agrária* de Karl Kautsky. Representante do Partido Social-Democrata Alemão, Kautsky foi muito influenciado pelos embates políticos no interior do partido no momento em que elaborou sua obra. Logo, *A Questão Agrária* possui um conteúdo teórico-político mais acentuado do que uma investigação empírica propriamente dita. A questão fundamental na obra de Kautsky pode ser sintetizada na seguinte pergunta: Há lugar para o camponês na sociedade capitalista? A resposta de Kautsky trilha por dois campos: a questão da escala e a industrialização da agricultura. Kautsky (1980) advoga a tendência de uma divisão social do trabalho na agricultura tal como estava ocorrendo na indústria. Os desdobramentos dessa máxima seriam a especialização produtiva e a centralização do capital. Essa lógica, aplicada à agricultura, levaria o camponês ao “desaparecimento”, tal como havia acontecido com os artesãos diante do desenvolvimento do sistema fabril.

⁴ A relação da escrita com o contexto teórico e linguístico pode ser visto em Skinner (2003). Este autor inaugurou uma nova perspectiva metodológica para estudar a história das ideias denominada de contextualismo linguístico, que, de um modo bem simples, consiste em considerar a relevância do contexto social sem supervalorizá-lo e, ao mesmo tempo, considerar o contexto científico e linguístico no qual o autor está relacionado. Dessa forma, propõe compreender os significados das ideias e teorias a partir das intenções dos seus autores dentro de um contexto linguístico específico.

Um dos argumentos usados para sustentar essa projeção foi a relação entre a tecnologia e a escala de produção. Kautsky (1980), a partir do que visualizou em sua época sobre as ferramentas e máquinas (tecnologias disponíveis) voltadas à agricultura⁵, sustentou que a grande exploração levaria vantagem sobre a pequena, tanto pelas possibilidades de aquisição, quanto pela utilização menos ociosa das tecnologias. Em outras palavras, com o desenvolvimento do capitalismo, a tendência apontada era que somente as grandes explorações seriam viáveis, reafirmando a tese do desaparecimento do campesinato. Abramovay (2007, p. 57) diz que a obra de Kautsky é uma tentativa de demonstrar a superioridade da produção capitalista sobre a familiar, sendo irrefreável o movimento do capitalismo de expropriação do campesinato devido à “industrialização da agricultura” que estava em marcha.

Outro pensador ligado à tradição marxista que, permeou o mesmo caminho em relação ao desaparecimento do campesinato foi Lênin. Neste, podemos identificar um esforço empírico mais apurado no sentido de demonstrar a fragilidade das formas de produção camponesa diante do desenvolvimento do capitalismo. Lênin (1985, p. 48) trabalha na perspectiva de que o desenvolvimento do capitalismo, na direção de uma economia mercantil, atua sobre a agricultura criando uma divisão no campesinato entre camponeses ricos e camponeses pobres. Essa divisão é fomentada pelo desenvolvimento do mercado interno, que, na visão de Lênin, estimula a separação entre produção e consumo, impulsionando a desestruturação do campesinato. Tendo como critérios de definição o tamanho da propriedade e as técnicas acessíveis para ambos os grupos, deduziu que, dadas essas condições, havia uma tendência de desintegração do campesinato pobre e uma ascensão do que chamou de burguesia camponesa.

Nesse sentido, Lênin defende a existência de um processo similar de divisão social do trabalho, orquestrado pelo capitalismo na agricultura, na medida em que as forças produtivas se desenvolvem o suficiente para constituir um mercado interno. Porém, este desenvolvimento acaba sen-

⁵ Shanin (2005) considera que em Kautsky a indústria é apresentada como o motor da transformação capitalista da sociedade rural, seguindo de forma muito similar, às explicações desenvolvidas por Marx em relação à agricultura na Inglaterra.

do caro ao campesinato, que, no final do processo, tem seu destino traçado na proletarização. Para Lênin (1985, p. 114), “o campesinato antigo deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural que constitui a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil. Os novos tipos são a burguesia e o proletariado rural”. Apesar disso, Lênin admite que esse processo não é imediato, sendo, portanto, uma projeção a longo prazo que poderia demorar para acontecer de forma efetiva.

O que há em comum nas abordagens de Marx, Lênin e Kautsky é a constatação, sob a forma de um prognóstico, da inevitável desintegração do campesinato sob o desenvolvimento capitalista. As injunções do mercado sobre o camponês, levando-o a entrar num mundo de competição e dependência, não seriam suportadas, tal como havia acontecido com os artesãos no setor industrial com a implantação do sistema fabril. Esse parece ser o raciocínio de Marx e de seus seguidores⁶, que, sob a luz de uma teoria sistêmica, procuraram estabelecer um lugar para um determinado grupo social.

Uma crítica cabível ao marxismo pode ser construída em torno do essencialismo teórico⁷ presente nessa corrente, que reduz a dinâmica social à existência de duas classes. A forma de conceber o campesinato como um modo de produção parece ter sido um dos principais problemas da interpretação marxista. Isso porque tal interpretação acabou criando uma espécie de congelamento histórico do camponês, isto é, restringindo seu comportamento típico a uma dada conjuntura histórica como sendo a

⁶ É importante ressaltar que as posições de Kautsky e Lênin em nenhum momento foram unânimes, nem representavam um consenso, dentro da política partidária socialista e no seio da própria Internacional Socialista. Havia divergências históricas e políticas entre anarquistas e socialistas; ortodoxos e revisionistas; sociais-democratas e populistas. Dessa forma, o recorte que fizemos aqui foi apenas um recorte limitado da literatura marxista adotado pelo critério de terem essas obras citadas sido as mais representativas e influentes na sociologia rural ocidental. As disputas dentro do marxismo em torno da questão agrária e de outros temas políticos podem ser encontradas em Hobsbawn (1984).

⁷ Ver Laclau e Mouffe(1985). Nessa obra, os autores discutem a insustentabilidade dos essencialismos teóricos dentro da ciência social contemporânea, em especial dentro do marxismo.

única condição pela qual se podia defini-lo. Foi sob a luz deste essencialismo teórico que o camponês foi visto como fadado ao desaparecimento.

Ainda dentro do arcabouço marxista, mas apresentando posicionamentos mais ponderados, mesmo em função do contexto de produção de sua obra, Shanin (2005) discute acerca das tendências implicadas pela transformação capitalista na agricultura. Contrariamente às posições mais fatalistas, considera que “os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se integram à economia capitalista circundante”. Nessa perspectiva, ainda que as inflexões do desenvolvimento do capitalismo sobre a agricultura sejam vistas como incontestáveis, implicando em condições socioeconômicas desfavoráveis, isso não significa que tais imperativos determinem o desaparecimento do campesinato. Sob essa ótica, embora o autor fale em modo de produção camponês, esse conceito parece ser mais maleável, sendo suscetível de reformulações em função das próprias condições históricas impostas pela sociedade da qual o camponês faz parte.

Apesar disso, parece inegável o processo de marginalização submetido ao campesinato. À medida que a agricultura capitalista foi se desenvolvendo a pressão sobre os camponeses foi aumentando significativamente, em especial, nos países com uma estrutura fundiária concentradora e com ausência de políticas públicas por parte do Estado. Um processo de desestruturação das formas de produção camponesas marchou a passos largos, desde o contexto em que os autores clássicos da questão agrária dentro do marxismo expuseram suas ideias e, principalmente, com a modernização da agricultura no século XX. Pontualmente, eventos como a chamada “Revolução Verde”⁸, desenvolvida a partir de meados do sé-

⁸ O termo Revolução Verde designa, conforme Goodman et al (1990, p.34), “a internacionalização do processo de produção através do controle e modificação dos processos biológicos de produção que determinam o rendimento, a estrutura, a maturação e absorção de nutrientes pela planta e sua compatibilidade com os insumos industriais”. Esse processo se desenvolveu ao longo do século XX nos países desenvolvidos, tendo um impulso significativo após a II Guerra Mundial e sendo difundido para os demais países a partir da década de 1960. O pacote tecnológico da chamada Revolução Verde é, em geral, associado ao processo de modernização da agricultura, como o que aconteceu no Brasil a partir da década de 1960.

culo XX, expressam esse processo seletivo e de marginalização ao qual o campesinato foi submetido com o desenvolvimento do capitalismo.

O problema das interpretações marxistas acerca do fim do campesinato parece estar muito mais nos intérpretes, que se apropriaram das ideias, do que no conteúdo expresso por estas. Shanin (2005) alerta para os usos e generalizações feitas em torno do termo camponês, inclusive dentro do marxismo, em geral levam à perda do conteúdo explicativo. Isso porque muitas dessas teorizações perderam de vista a dimensão empírica, tornando-se distantes das experiências e práticas desenvolvidas pelos sujeitos sociais.

Fechando esse primeiro ato, cabe ressaltar as implicações que uma dada teoria possui na apreensão do real. Nas palavras de Bourdieu (2002, p. 137), “o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos, conforme os princípios de visão e divisão”. Nesse sentido, a visão que propugnou o desaparecimento do campesinato nada mais foi do que um princípio de visão e divisão do mundo social, ancorada no poder de nomeação pertencente ao discurso científico. Em outras palavras, a primazia teórica de uma determinada corrente, sobreposta aos pressupostos empíricos de observação da realidade, incutiu a tese de um prognóstico acerca do desaparecimento do camponês, invisibilizando sua presença na moderna agricultura das sociedades capitalistas.

III. O Camponês se Transformou!

No contexto histórico do pós-II Guerra Mundial, em decorrência das mudanças socioeconômicas ocorridas nos países desenvolvidos, uma nova vertente explicativa na sociologia passou a defender a ideia da transformação do campesinato. Esse contexto foi marcado por um processo de modernização nas economias europeias, especialmente nos países capitalistas, que se manifestou de forma intensa sobre a agricultura com a modernização do setor. Nessa modernização, fomentada pelas políticas públicas do Estado, a agricultura passou a funcionar segundo uma lógica produtiva eminentemente determinada pelo mercado, fato que exigiu uma racionalização produtiva de caráter empresarial, mesmo no caso de unidades produtivas de caráter familiar. O Estado foi o grande impulsionador das mudanças no setor agrícola, viabilizando um modelo de agri-

cultura de base familiar orientada por uma perspectiva produtivista, ou seja, pela racionalização e mercantilização da produção.

Seguindo parcialmente as perspectivas marxistas citadas anteriormente que, em geral, apontavam para os efeitos da estrutura macroeconômica sobre a forma social de produção camponesa, alguns pensadores lançaram um olhar sobre o camponês, indicando seu desaparecimento através de uma metamorfose que o transformaria no agricultor familiar moderno. Esse percurso teórico foi trilhado por autores como Henry Mendras (1967), que em sua obra denominada *La Fin des Paysans*, identificou o desaparecimento da figura do camponês tradicional na agricultura dos países europeus a partir de meados do século XX. No campo de visão desse autor, com as políticas agrícolas do Estado voltadas para a agricultura de base familiar, a forma social camponesa havia sido superada; afinal, os agricultores passaram a operar numa lógica produtiva baseada no mercado, transformando-se assim no agricultor familiar moderno.

Antes de entrar na discussão dessa suposta metamorfose parece importante pensar, ainda que de forma sucinta, no conceito de camponês. Shanin (2005) desenvolve uma argumentação crítica em relação às concepções generalizantes que consideram os camponeses como pertencentes a uma sociedade, possuidores de uma economia e com uma organização social e política própria. Admitindo que não haja um modelo típico de camponês, esse autor procura compreendê-lo a partir do estabelecimento rural familiar, ou seja, a unidade de produção familiar como um ponto comum para definir o camponês. No restante, suas características não são homogêneas, modificando-se no tempo e no espaço. Numa linha de raciocínio parecida, Ciro Flamarion Cardoso (2002) procura definir o camponês, do ponto de vista econômico, a partir de quatro características: 1) acesso à terra; 2) trabalho eminentemente familiar; 3) economia fundamentalmente de subsistência, ainda que sem excluir sua relação com o mercado; e 4) certa autonomia na gestão das atividades.

A discussão conceitual em torno do campesinato⁹ é reconhecidamente vasta. Considerando tal diversidade, o recorte teórico desse trabalho

⁹ Chonchol (1994) ressalta que a definição de camponês apresenta um conjunto vasto de enfoques teóricos. Entre esses enfoques destaca os da antropologia, que enaltecem as especificidades culturais do campesinato como uma cultura parcial; os marxistas e toda a discussão em torno de o camponês ser uma classe

está centrado na dimensão socioeconômica do conceito, ou seja, o camponês é pensado aqui como um tipo social a partir das características de sua unidade produtiva, sem perder de vista as imbricações indissociáveis com as questões levantadas pelos demais enfoques¹⁰. Essa escolha teórica de certa forma está inter-relacionada com a própria problemática do trabalho, ou seja, a relação entre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a permanência/superação de uma lógica camponesa de produção.

Mendras (1978, p. 44) definiu o camponês “como aquele que trabalha a terra para se nutrir”. Nesse sentido, observa a existência de uma racionalidade camponesa calcada num modo de vida, no qual a produção para a subsistência é o elemento impulsionador da sociedade, ou seja, o camponês é um tipo social que possui traços típicos em comparação com a racionalidade da sociedade capitalista. Isso não significa descartar a ocorrência de relações econômicas com a sociedade envolvente, mas estas se constituem num plano secundário, já que a lógica da produção para a subsistência é primordial na sociedade campesina.

Em suas argumentações, Mendras segue parcialmente a vertente marxista, na medida em que confirma a tese do desaparecimento do camponês no momento em que o modo de produção camponês é desestruturado pela integração capitalista, mas, ao mesmo tempo, transcende essa concepção ao identificar que os camponeses se transformaram em um tipo de agricultor profissional, adaptado ao cenário da agricultura capitalista. Assim, inaugura uma tradição de pensamento que posteriormente ficou conhecida na sociologia rural como pós-marxista.

As correntes teóricas denominadas de pós-marxistas visualizaram, no contexto de modernização da agricultura, a transformação do camponês em agricultor familiar. Assim, surgem duas categorias sociais calcadas em bases muito parecidas, a relação entre a terra como meio de produ-

social ou não; o modernizante, que analisa o camponês como sendo o tradicional comparado com o moderno, de autores como Chayanov e Tepicht que procuraram compreendê-lo a partir de uma lógica produtiva diferente da sociedade envolvente, ainda que estabelecendo relações com essa sociedade.

¹⁰ O interessante é que, mesmo partindo de um recorte analítico centrado em torno das ideias de modo de produção e unidade familiar de produção, as correntes teóricas aqui levantadas chegam a resultados diferentes acerca da presença do camponês com o desenvolvimento do capitalismo.

ção e o trabalho eminentemente familiar, como elementos delineadores das especificidades sociais desses produtores em relação às demais formas de produção na agricultura. Lamarche (1997, p.16) diferencia estas categorias afirmando que “a exploração camponesa é uma forma de exploração familiar, mas nem toda exploração familiar é camponesa”. Podemos afirmar que ambas constituem-se como formas sociais de produção, assentadas no tripé terra/trabalho/família, diferenciando-se pela racionalidade e forma de inserção no mercado, ainda que esta divisão seja uma inferência científica que não consegue responder à diversidade de arranjos existentes no mundo social.

A corrente pós-marxista, que defendeu a tese da transformação do camponês em agricultor familiar, tomou como pressuposto a incapacidade do campesinato de existir enquanto forma social de produção num ambiente marcadamente controlado por relações mercantis intensas que, por si, inviabilizariam as possibilidades de reprodução da forma social camponesa. Para Mendras (1978, p. 246), “atualmente a sociedade industrial volta-se contra o campesinato, do qual saiu, e o condena irremediavelmente, porque não pode tolerar algo que se rebele contra sua racionalidade. O fim dos camponeses, no sentido preciso aqui dado a este termo, já foi atualmente alcançado no Ocidente”. Para além de estabelecer a incompatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e o campesinato, como já haviam esboçado os teóricos marxistas e liberais da economia clássica, Mendras conclui que o camponês já não existe mais nos países desenvolvidos, ou seja, vai de um prognóstico a um diagnóstico.

Abramovay (2007, p.139) afirma que, “tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e instituições nacionais tomam conta da vida na aldeia, as bases sociais da existência camponesa se esvanecem”. O que podemos identificar aqui parece ser a existência de um camponês estático, concebido tão somente de forma isolada ao mercado e a qualquer tipo de racionalização que não seja a da estereotipada noção de subsistência. Paradoxalmente, não se concebe o campesinato em suas especificidades enquanto unidade produtiva, na medida em que os critérios e referenciais analíticos, usados para se compreender a agricultura capitalista, são utilizados para se pensar a lógica camponesa. Novamente, podemos perceber que o referencial teórico e as categorias de análises utilizadas pe-

los pesquisadores são determinantes para visualizar o social sob determinadas óticas.

Por outro lado, a máxima marxista da proletarização camponesa não se evidenciou em sua totalidade¹¹, já que apenas uma parte deste campesinato se transformou em proletariado e a outra não se constituiu como uma burguesia rural como apontava Lênin. Algo diferente ocorreu a partir desta tensa relação entre o campesinato e o capitalismo no cenário do pós-II Guerra, algo que foi visualizado pelos teóricos da vertente pós-marxista como a transformação do camponês em agricultor familiar.

Abramovay (2007, p. 140) afirma que “o que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura”. Ao mesmo tempo que afirma a tese do desaparecimento do campesinato, isenta o autor de *O Capital* de um prognóstico definitivo, para o qual não tinha condições de estabelecer, no contexto histórico e científico em que escreveu.

Os agricultores familiares, que se constituíram com a modernização da agricultura, diferenciam-se dos camponeses por sua capacidade de inserção na economia de mercado. O critério da inserção no mercado parece ser o principal fundamento da diferenciação entre o camponês e o agricultor familiar nas abordagens pós-marxistas, embora a maioria dos enfoques sobre as sociedades camponesas não excluísse essa integração. Isso pode ser visto em autores como Wolf (1976), para o qual o camponês sempre existe dentro de um sistema maior, logo, suas estratégias produtivas acabam sendo adaptadas em função das características das sociedades às quais pertence.

¹¹ Isso não significa que o processo de proletarização não tenha ocorrido. No caso brasileiro, por exemplo, com a chamada modernização da agricultura nas décadas de 1960-1970, a ocorrência do êxodo rural foi um fenômeno intenso, aspecto que realça parcialmente as dificuldades do campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. No entanto, como reforçam intérpretes desse processo da agricultura brasileira, como Graziano Silva (1982) e Maria Nazareth Wanderley (2003 e 2009), o mesmo não ocorreu de forma homogênea e totalizante como os marxistas projetavam um século antes.

O que foi considerado pelas abordagens pós-marxistas parece ter sido o fato de que, com a modernização, a lógica camponesa de produção tenha sido alterada¹². Assim, o camponês saiu de cena porque se transformou em agricultor familiar! No entanto, a diversidade de condições em que esses agricultores familiares se encontram e as múltiplas estratégias que precisam mobilizar para se reproduzirem apontam dúvidas sobre o “desaparecimento” do camponês. Halamska (1998) estabelece uma tipologia de classificação entre os diferentes tipos de agricultores familiares existentes. Assentados sob a mesma base – terra/trabalho/família, a diferença do campesinato em relação à categoria agricultor familiar está, para esta autora, calcada em aspectos culturais e produtivos, nos quais os conhecimentos e o modo de vida tradicional, o peso da subsistência na racionalidade produtiva e a forma de encarar os padrões sucessórios diferenciam os camponeses dos agricultores familiares. Entretanto, as abordagens denominadas de pós-marxistas não observaram estas diferenças.

Além disso, o marco referencial dos autores da corrente pós-marxista está centrado na experiência europeia. A experiência da Europa pós-II Guerra Mundial, com uma política de desenvolvimento capitalista induzida pelo Estado, fez uma opção de investir na agricultura familiar, ou seja, modernizar as unidades produtivas familiares até então designadas de camponesas. Quando se observa a realidade agrícola de países como o Brasil, por exemplo, mesmo com o processo de modernização agrícola ocorrido nos anos subsequentes, percebe-se que não houve esta mesma preocupação¹³, pelo menos não de forma significativa como na Europa e em outros países como o Japão.

¹² Aqui, a dimensão da desestruturação da unidade de produção camponesa aparece num primeiro plano, ou seja, o campesinato deixa de existir em função das adversidades suscitadas pela dinâmica da agricultura capitalista. Outros enfoques, como os da antropologia, sinalizados por Chonchol (1994) na figura do teórico Redfield, identificam essa desestruturação a partir do contato com o urbano, ou seja, a lógica camponesa deixa de se reproduzir em função de um determinante que também é de origem cultural.

¹³ Isso não significa que não tenha ocorrido uma incorporação do pacote tecnológico modernizador por parte da agricultura de base familiar no Brasil no período. Autores como Graziano Silva (1998) e Maria Ignez Paulilo (1990) indicaram que houve tal incorporação, ainda que parcial e regionalizada, tanto geograficamente, como em função de determinadas culturas produzidas.

As implicações teóricas da concepção pós-marxista exerceram muita influência no cenário político do final do século XX. Ainda que suas análises tenham reconhecidamente um peso mais significativo em alguns países, em função do próprio padrão de modernização presente nos mesmos, os argumentos dessa corrente teórica contribuíram para fomentar uma espécie de invisibilização do campesinato. Contudo, é preciso considerar que muitos dos apontamentos levantados tanto pelos marxistas quanto pelos pós-marxistas, no que se refere às inflexões do desenvolvimento do capitalismo sobre a agricultura, de fato se manifestaram no espaço rural deixando marcas visíveis, inclusive em relação à condição dos camponeses.

IV. O camponês no século XXI

Contrariamente ao caminho traçado pelas vertentes teóricas marxistas que, de um modo geral, proclamavam o fim do campesinato à medida que o desenvolvimento capitalista avançasse na agricultura, ao descortinar o cenário do século XXI podemos identificar nas bordas de um palco chamado agricultura, a presença de um tipo social cujas características nos levam a conceber que o camponês não só continua presente, como pode representar uma forma alternativa ao modelo produtivista hegemônico nas sociedades capitalistas de mercado.

Uma corrente contrastante à abordagem marxista pode ser encontrada em Alexander Chayanov. Esse pensador russo, que viveu no início do século XX, observou a economia camponesa com um olhar empírico desmistificado das clausuras teóricas que prendiam os demais pensadores marxistas da questão agrária. Chayanov procurou ver o camponês a partir da sua lógica interna de sobrevivência, ressaltando suas estratégias e racionalidades. Conforme Abramovay (2007, p. 69) “em Chayanov o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento”. O que aparece aqui é a visualização de uma forma econômica e social que possui regras próprias, cuja compreensão escapa aos olhos da macroeconomia e torna-se compreensível pelo viés de uma microeconomia.

Sendo assim, o campesinato é concebido como um modo de produção capaz de se inserir e coexistir paralelamente a diferentes formas históricas de produção, inclusive, a capitalista. Essa visão foi reforçada por teóricos como Jerzy Tepicht, para o qual, segundo Chonchol (1994), o modo de produção camponês é parecido, mas não igual ao conceito marxiano, ou seja, o modo de produção camponês não é necessariamente gerador de uma formação social particular, incrustando-se em outras formações.

Para Chayanov (1974, p. 42), “na atualidade, a unidade econômica camponesa em quase todas as partes está ligada ao mercado capitalista de mercadorias, sofre a influência do capital financeiro e coexiste com a indústria organizada do modo capitalista”. Nessa perspectiva, o autor refuta as máximas dos demais clássicos marxistas e liberais de que o capitalismo, em seu desenvolvimento, levaria ao desaparecimento do campesinato. O trabalho empírico de Chayanov demonstrou que a unidade camponesa de produção consegue desenvolver uma racionalidade própria que lhe permite, mesmo que no limite de suas possibilidades, inventar estratégias de autorreprodução para amenizar as inflexões do desenvolvimento capitalista; logo, o campesinato não chega a ser antagônico ao desenvolvimento do capitalismo¹⁴.

A compreensão da presença camponesa no século XXI pode ser concebida a partir de uma determinada perspectiva teórica que remonta a compreensão chayanovista da economia camponesa e, de um contexto no qual se visualiza uma condição de crise no modelo de desenvolvimento da chamada agricultura produtivista. Van der Ploeg (2008), principal expoente dessa tese, descreve essa crise a partir de uma inter-relação entre natureza, sociedade, agricultura e os atores envolvidos. Essa crise pode ser dimensionada no campo dos agentes (envolvendo questões de mercado, preços, renda), no campo agroambiental (efeitos degradantes da agricultura sobre o meio ambiente) e no campo social (quantidade, qualidade e distribuição dos produtos produzidos frente às demandas

¹⁴ Na sociologia brasileira, autores como Maria de Nazareth Wanderley (2009) e José de Souza Martins (2010) observaram que, em determinados contextos da história do Brasil, a utilização de relações de produção não capitalistas eram extremamente funcionais ao próprio processo de acumulação capitalista. Em ambos os autores, o camponês aparece como um tipo não capitalista cujo trabalho, porém, cumpre uma função primordial para a acumulação capitalista.

sociais). A tese desse autor é a de que a ascensão do que ele denomina de *império* (grandes corporações controlando a agricultura via mercado), como princípio orientador do processo produtivo na agricultura contemporânea na distribuição e no consumo de alimentos, bem como os processos extremos de degradação ambiental e de desigualdade social no campo, acaba produzindo formas alternativas a este modelo.

A ideia de império, apresentada pelo referido autor, pode ser entendida como a maximização das relações capitalistas na agricultura. Nesse sentido, os pressupostos de Marx e dos demais marxistas clássicos da questão agrária, de que o capitalismo também avançaria sobre a agricultura, não estavam totalmente errados. No entanto, o que eles não consideravam é que os indivíduos possuem a capacidade de forjar estratégias diversas para resistir a um contexto de adversidade, especialmente na agricultura, cuja especificidade de garantir aos indivíduos o mínimo necessário permite aos mesmos sobreviver de maneira relativa às inflexões do capitalismo sobre suas formas de produção.

A persistência dos camponeses em pleno século XXI pode ser compreendida pela racionalidade imanente ao seu modo de produção. Van Der Ploeg (2009) descreve o modo de produção camponês como possuidor de algumas especificidades em relação ao modo capitalista de produção¹⁵. Dentre estas especificidades podem-se destacar: os recursos limitados com que opera sua unidade produtiva; a abundância do trabalho (familiar) para compensar a escassez de recursos e a maior autonomia em relação ao mercado. O conjunto articulado desses elementos possibilita aos camponeses desenvolver suas atividades numa relação de menor dependência aos mercados, aspecto que pode ser favorável, principalmente nos momentos de crise no setor.

¹⁵ Metodologicamente, Van Der Ploeg trabalha com a existência de três principais modos de produção na agricultura atual. O modo de produção capitalista, o empresarial e o camponês. O primeiro é marcado pelas relações de trabalho assalariado e voltado essencialmente para o mercado; o segundo pode ser constituído por formas familiares, porém, numa lógica mercantil, e o último diferencia-se dos anteriores por sua relação mais autônoma relativamente ao mercado. Apesar dessas distinções, aponta para pontos de aproximação entre os três modos de produção, o que explica o fato de que, mesmo com a modernização da agricultura e a tendência de predomínio do modo empresarial e capitalista, o modo camponês continua existindo.

A retomada da concepção de um modo de produção camponês com suas especificidades, sobretudo em torno da relativa autonomia em relação aos mercados, torna-se fundamental para se compreender a presença camponesa na atualidade. Seguindo esse raciocínio, Van Der Ploeg (2008, p. 23) identificou um processo de recampesinização presente tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, como um movimento não linear de resposta a crise agrária. Para Ploeg, está em marcha um processo quantitativo de aumento do campesinato (a recampesinização é fomentada pelas empresas familiares que não conseguem acompanhar as exigências do mercado) e também qualitativo, afinal a caracterização do camponês se dá em função da sua capacidade de se manter com uma significativa autonomia em relação ao mercado.

Essa percepção, apontada pelo referido autor, é peculiar ao método analítico utilizado pelo mesmo. Apontar qualitativamente e quantitativamente o aumento do campesinato, nos moldes acima referidos, acaba sendo uma demarcação impregnada pelo método utilizado para fazer tal análise. O importante aqui não parece ser provar, a rigor, a evidência desses números, mas observar que os camponeses enquanto sujeitos sociais e portadores de uma forma peculiar de produção continuam presentes numa sociedade em que o capitalismo avançou significativamente na agricultura.

A recampesinização pode ser considerada uma estratégia de reprodução, inventada por unidades familiares, que são excluídas da lógica produtivista da agricultura capitalista. A lógica camponesa procura maximizar seus fatores de produção de forma a evitar a subordinação imposta pelo mercado. Essa racionalidade já havia sido observada por Chayanov (1974), quando este afirmava que as unidades de produção camponesas se estruturam de modo a valorizar a força de trabalho familiar como principal fator de produção, adaptando as técnicas de produção, a escala e a quantidade de mão de obra disponível na família. O que ocorre aqui pode ser considerado como a existência de uma racionalidade camponesa, que difere da racionalidade capitalista e, ao mesmo tempo, opera com elementos fornecidos por esta última. Explorar ao máximo os recursos naturais e humanos, disponíveis na unidade de produção, torna-se uma estratégia de fugir à dependência e à subordinação total ao mercado que tornariam inviável a reprodução da unidade familiar.

Reconhecendo a não linearidade desse processo (paralelamente ocorrem a desativação de unidades produtivas e a concentração de capital em outras), Van der Ploeg (2008, p. 40) procura explicar o camponês a partir da condição camponesa, ou seja, da sua luta por autonomia numa sociedade marcada pela subordinação. Neste ponto, podemos estabelecer algumas aproximações teóricas com Chayanov e os teóricos da microeconomia, bem como com os próprios teóricos da antropologia, como Eric Wolf. Entretanto, o camponês não é um tipo social que está meramente reaparecendo no cenário atual, pois sua presença pode ser identificada ao longo do trajeto da agricultura moderna. Para Van der Ploeg (2008, p. 33), “um dos buracos negros criados pela ciência é o fato de ter ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isso significa que o fenômeno camponês tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia”.

Seguindo esta linha de raciocínio, parece que o problema fundamental está no delineamento teórico das abordagens acerca do rural na contemporaneidade. O camponês foi tirado de cena em função das prerrogativas das teorias estruturalistas neste caso o marxismo que desconsideravam a margem de atuação dos agentes em relação às estruturas. Nesse sentido, retomamos Bourdieu (2004), quando este afirma que os agentes sociais são guiados pelo senso prático. Dessa forma, não são meras marionetes da estrutura objetiva do campo ao qual pertencem, nem agem racionalmente orientados por sua subjetividade, mas operam através de estratégias elaboradas a partir das regularidades existentes. Trazendo essa perspectiva para o caso do campesinato, é possível visualizar esse tipo de comportamento, afinal, os camponeses se utilizam de estratégias próprias nas relações que os envolvem na sociedade capitalista.

Assim, podemos considerar que as oscilações, entre a presença e a ausência do camponês na sociedade capitalista, estão inextricavelmente associadas às teorias e categorias de análise empreendidas pelos cientistas sociais para observar a realidade. Dessa forma, concordamos com Bourdieu (2004, p. 48) quando este afirma que “não se pode esquecer, de modo algum, que o real nunca toma iniciativa já que só pode dar respostas quando é questionado”. Assim, conforme o instrumental teórico e conceitual utilizado para observar o mundo social, as respostas podem ser diferentes. O caso do camponês parece ilustrar esta afirmação. Neste

sentido, o camponês enquanto um tipo social que produz de uma forma específica na agricultura, estabelecendo relações diferenciadas com o mercado capitalista em relação às demais formas de produção, sempre esteve presente. O que ocorreu em determinados contextos foi um processo de invisibilização por parte das ciências sociais acerca da presença camponesa.

V. Considerações finais

Entre a realidade vivida pelos sujeitos sociais e a apreensão discursiva dada a essa realidade pela ciência social, existem mediações e limitações imanentes ao processo de construção do conhecimento. Há limites no conhecer humano que não possibilitam um conhecimento pleno sobre os processos sociais a ponto de apreendê-los em sua totalidade. Há também mediações simbólicas e teóricas, próprias a determinados contextos históricos e linguísticos, que colocam ao cientista social um determinado campo de visão sem o qual ele não consegue sistematizar aquilo que investiga. As diferentes cosmovisões acerca do camponês na sociedade capitalista se fundam em torno desses dois dilemas.

As explicações marxistas sobre a relação entre capitalismo e campesinato, em especial dos autores clássicos da questão agrária, apontavam um cenário negativo. Em relação a isso, três questões parecem fundamentais para avaliar o pensamento marxista da questão agrária. Primeiramente, é necessário contextualizar as obras em sua época, na qual expressão socioeconômica e ideológica sinalizava para uma polarização social em que o camponês não era visualizado. Em segundo lugar, cabe ressaltar que tais prognósticos, ainda que relativizados a seu contexto de produção, conseguiram retratar parcialmente a configuração da agricultura capitalista moderna, na medida em que a agricultura eminentemente camponesa do século XIX deu lugar à forma de exploração capitalista como preponderante. Por fim a utilização dos textos clássicos marxistas da questão agrária que, muito em função das posi-

ções político-ideológicas de seus intérpretes, ganharam conotações que fugiram ao rigor e à coerência dos originais. A invisibilização do campesinato na sociologia parece muito mais decorrente dos usos e interpretações do que de qualquer lei imanente às próprias teorias.

Sendo assim, não se pode apenas condenar historicamente o legado marxista, afinal, há contribuições inegáveis dessas abordagens para a compreensão da agricultura no capitalismo. Se alguns teóricos atuais como Van Der Ploeg falam em recampesinização, sua abordagem não deixa de referenciar algumas das “previsões” levantadas pelos teóricos marxistas. O que são os impérios alimentares senão as forças capitalistas tentando controlar a agricultura? Mesmo sabendo que um controle total é impossibilitado pela especificidade ontológica da agricultura (não ser uma atividade controlada totalmente pelo homem), as inflexões capitalistas sobre este setor são inegáveis e podem ser vistas na racionalidade produtivista, nas relações de trabalho, no controle das agroindústrias, no agronegócio, entre outras características da agricultura contemporânea.

Em relação às concepções que reconsideram a presença camponesa na atualidade, há pelo menos três pontos que precisam ser destacados. Primeiramente é preciso considerar o caráter empírico dos trabalhos, ou seja, são observações que não perderam de vista o que está acontecendo no universo do social/real a partir do comportamento dos sujeitos que estão em cena na agricultura atual. Além disso, cabe destacar as especificidades da atual conjuntura da agricultura e do próprio capitalismo, onde a exaustão de um modelo de desenvolvimento rural, tanto do ponto de vista socioeconômico como do ponto de vista ambiental, impulsiona a busca de alternativas, sendo a lógica camponesa uma dessas possibilidades. Por fim, não se pode perder de vista que se trata de uma percepção acerca do social que parte de alguns pressupostos e conceitos, cuja especificidade está calcada numa concepção menos fechada

do modo camponês de produção e numa maior consideração pelo sujeito histórico.

Contudo, a condenação, o desaparecimento e o reaparecimento do camponês nos ensinam que, na prática sociológica, a transposição de determinados referenciais teóricos para a apreensão dos fenômenos sociais não pode ser tomada sem a devida crítica e, principalmente, sem uma observação empírica detalhada, tal como recomenda Bourdieu (2004b). Afinal, o fato de o camponês ser visto no palco, ter desaparecido, se transformado e reaparecido posteriormente, além de refletir o que estava acontecendo no palco, indica a forma como os olhares estavam sendo lançados sobre esse palco, ou seja, refere-se ao método de análise das ciências sociais.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ªed. São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa em sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004(b).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André (org). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas agrários en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1994.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GRAZIANO SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

HALAMSKA, Maria. Relações com a sociedade global. In LAMARCHE, Hugues (org). **Agricultura familiar. Vol II**. Campinas: Unicamp, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo: o marxismo na época da segunda internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1985.

LAMARCHE, Hugues. (org.) **A agricultura familiar vol I**. Campinas: Unicamp, 1997.

LÊNIN, Wladimir Illich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo; Nova Cultural, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica à economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

MENDRAS, Henry. **La fin des paysant**. Paris: Actes Sud, 1967.

MENDRAS, Henry. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NAVARRO, Zander. Nunca cruzaremos este rio a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante, e o o caso da reforma agrária no Brasil. In: **XXXII Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu- MG: Mimeo, outubro de 2008.

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e indústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: UFSC, 1990.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (org). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

RICCI, Rudá. A Maior Estrutura Sindical do Brasil: O Papel do Sindicalismo de Trabalhadores Rurais pós-1964. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde e PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Brasília: NEAD; São Paulo: UNESP, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol 18, n. 51, Fevereiro de 2003.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera**, Ano 08, n. 07; Julho/dezembro de 2005.

SKINNER, Quentin. **Meaning and understanding in the history of ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, outubro de 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **O mundo rural como espaço da vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e a ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Artigo recebido para publicação em:

22 de maio de 2011.

Artigo aceito para publicação em:

28 de novembro de 2011.

Como citar este artigo:

BOSETTI, Cleber José. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 2, p. 08-32, 2012.